

AFROS & AMAZÔNICOS



DE COMADRES ÀS TUCANDEIRAS: ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS QUE EXPRESSAM A ANCESTRALIDADE DE MULHERES NEGRAS QUILOMBOLAS DO RIO JAMBUAÇU

From Comadres to Tucandeiras: Associative organizations that express the ancestry of black quilombola women from the Jambuaçu River

*Joana Carmen do Nascimento Machado**

Resumo: O artigo apresenta parte dos resultados da pesquisa de doutorado realizada pela autora junto às comunidades quilombolas do Rio Jambuaçu, no município de Moju, Pará, Brasil. O Objetivo é tecer um breve panorama das organizações associativas de mulheres negras quilombolas das localidades em que a pesquisa foi realizada. Os métodos utilizados foram a pesquisa bibliográfica – que permitiu a contextualização histórica das narrativas das mulheres quilombolas – aliada à realização de entrevistas semiestruturadas com finalidade de reunir memórias acerca da mobilização política das protagonistas no passado e no presente. Os dados permitem concluir que a mobilização das mulheres negras quilombolas de Jambuaçu tem como base a ancestralidade, princípio civilizatório que as une e fundamenta suas lutas de re-existência contra o racismo.

Palavras-chave: Mulheres negras; Quilombos; Associações; Ancestralidade; Amazônia paraense.

Introdução

Pensar uma Amazônia negra tem causado enorme impacto ao pensamento que produziu o apagamento da Diáspora Africana na formação e desenvolvimento do Território Amazônico, especialmente quando se considera que por muito tempo, como afirmou Salles (2005, p. 93), “na Amazônia [...] a contribuição cultural do negro [foi e] é sistematicamente diminuída e até negada, no conjunto de seus valores constitutivos”, e, quanto mais nos aprofundamos nas intersecções para dar conta dessa diversidade, como a de gênero, mais constamos a visão colonizadora, externa e homogeneizadora que vê a região simplesmente “como natureza, como floresta, como atrasada, como Reserva de Recursos, como Futuro do Brasil” (PORTO-GONÇALVES, 2001, p. 12).

A despeito disso, a presença negra na Amazônia tem sido cada vez mais evi-

denciada (ALVES MELO, 2021; FIGUEIREDO, SARGES e BARROSO, 2021), e, nesse sentido, nesta ocasião apresento evidências diacrônicas e sincrônicas da construção de Territórios de Resistência Negra protagonizado por mulheres que souberam estabelecer formas, lugares, modos e sentidos próprios em oposição aos modos, sentidos e lugares externos produzidos pela ordem hegemônica. Refiro-me às mulheres negras dos territórios quilombolas do Rio Jambuaçu, no município de Moju, no Pará, onde estive entre os anos de 2015 e 2019 realizando a pesquisa de campo do meu doutorado.

No rastro da história, o Município de Moju, ao tempo de 1850, é descrito como uma “[...] região infestada de mocambos” e na região do rio Moju “os negros, cientes da existência daqueles mocambos, estavam muito agitados” (SALLES, 2005, p. 248). A esse respeito é importante lembrar que a formação dos quilombos/mocambos não se dava somente pela via da fuga, isto porque “[...] o negro aprendeu a se organizar. Chegou o momento em que a fuga não era mais uma aventura com resultados indefinidos [...] os quilombos cresce-

* Militante do Movimento Negro, ligada ao Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará (CEDENPA), Coordenadora Executiva da Rede FULANAS de Mulheres Negras da Amazônia Brasileira, professora da Rede Estadual de Educação do Pará (Seduc/PA), é doutora em Educação pela UFPA.



ram rapidamente, pois eram o principal foco de atração dos negros escapados das cidades e fazendas” (SALLES, 2005, p. 111-112). O resultado foi que, mesmo enfrentando perseguições, as comunidades quilombolas (mocambos) se multiplicaram na extensão do Rio Moju e seus afluentes, e hoje somam mais de 20 comunidades demarcadas, reconhecidas e/ou tituladas¹.

Nessas comunidades, as mulheres negras estabeleceram formas de resistências cotidianas que subverteram a lógica colonizadora passando a colocar na ordem do dia corpos/mentes apartados do construto hegemônico e cada vez mais ligados às suas ancestralidades. Dentre os muitos formatos assumidos, essas formas de resistência se materializaram em associações de mulheres negras que começou lá atrás com as Comadres, como “as antigas dizem”, e chegou ao Grupo de Mulheres Tucandeiras que reúne diversos coletivos de mulheres negras quilombolas do Jambuaçu.

Durante minha estadia em campo ouvi muitas histórias sobre as mobilizações políticas das mulheres negras quilombolas no passado e no presente, e, dentre essas, selecionei algumas que permitem vislumbrar um *continuum* da luta de re-existência dessas mulheres. Isto posto, neste texto objetivo tecer um breve panorama das organizações associativas de mulheres negras quilombolas de Jambuaçu. Para isso, realizei entrevistas semiestruturadas com quatro lideranças femininas a fim de reunir suas memórias acerca da mobilização política feminina na localidade. O material das entrevistas foi contextualizado e elucidado com base em pesquisa bibliográfica sobre os momentos históricos indicado pela oralidade.

A seguir, o texto está dividido em uma seção sobre um símbolo ancestral da organização associativa das mulheres negras quilombolas de Jambuaçu: as Comadres. Em seguida discorro a respeito do proces-

1. Conforme registros da Fundação Cultural Palmares. Disponível em: <https://www.palmares.gov.br>. Acesso em 20 mai. 2022.

so de criação, bem como das demandas específicas que levaram à criação da associação de mulheres quilombolas Tucandeiras. Logo depois aponto algumas das principais frentes de luta dessas mulheres e, por fim, encerro com algumas considerações finais.

Histórias de Comadres?

Nos dias atuais o movimento de mulheres quilombola de Jambuaçu afirma seguir os passos das “Comadres”: “Quem faz panela de barro, quem planta açaí, quem faz produtos artesanais, quem faz farinha, tem as que são pescadoras e as Centenárias Malafaia, que são as netas, bisnetas, das Comadres” (Waldirene, maio de 2017). Essas mulheres – as Comadres – eram um coletivo semelhante ao grupo das Taieiras, das Estrelas do Oriente, das Irmãs de Raimundo, qual seja, associações de mulheres negras que se organizavam por dentro das irmandades negras, nos idos de 1682-1769, Salles (2015, p. 159) as caracterizou como uma espécie de sociedade beneficente, pois “prestava[m] socorro ao membros quando em estado de moléstia e impossibilidade de prover a subsistência, promovendo-lhes ainda os enterramentos ‘com decência e mandando celebrar sufrágios no 7º dia de passamento”.

De igual maneira, enquanto “sociedade beneficente”, as Comadres, que eram uma organização informal de mulheres negras da Região do Rio Moju, prestavam serviços de assistência a doentes, nascimento ou morte de alguma pessoa na região, como aponta Waldirene Castro, da Comunidade do Puacê:

Essas comadres organizavam a questão dos partos ou quando geralmente tinha um doente, certo aquele grupo que ia tá lá, tipo uma espécie de vigília desse doente... Cuidava de doente... Geralmente era uma mulher no pós-parto, ou que ia acompanhar essa gravidez, ou mesmo quando tinha um falecido elas cuidavam do aviso nas comunidades, do enterro e do terço. (Waldirene Castro, maio de 2017)

Mas as Comadres também davam contorno à luta de combate às opressões



deferidas sobre os novos territórios que se constituíam na região a ponto de contribuir com a “infestação” de mocambos no Moju. Além de assistir os moradores dessas comunidades, as Comadres os encobertavam e avisavam a respeito de incursões contra os quilombolas:

Era assim, antes a padroeira daqui era N.S Conceição, hoje a igreja já reconhece a N.S da Trindade, mas era assim, quanto tava assim, quando elas sabiam, por exemplo, de ameaças, iam esmolar, pedir contribuição pra fazer uma reza, uma festa pra Santa, e aí tinha uma coisa de se cantar, de fazer versos, nessa de cantar, fazer as ladainha já deixavam o recado do perigo que o camarada tava correndo. Quando não era reza era os puxiruns. Se juntavam pra fazer um puxirum em determinado roçado e aí já iam avisando em forma de canto. A minha avó, contava uma que a avó dela cantava pra ela que foram avisar o pai dela que era fugido que já tinham descoberto o roçado dele e o dono dele ia buscar ele de volta, era assim [cantando]:

*No roçado das senhoras
Quando veio avisar
Que duas luas não tarda
Nenhum retiro se afirmar
Corro, tira, levanta
Não deixa a semente estragar.*

Foi assim que nós viemos parar aqui neste Puace, porque essas Comadres avisaram o pai da minha bisavó e aí deu tempo dele sair de lá. (Waldirene Castro, maio de 2017)

Consta na narrativa das Mulheres Quilombolas do Jambuaçu que as Comadres eram mulheres ligadas à igreja de N.S. de Santana do Bujaru, no atual Município de Bujaru, essas Comadres eram as pessoas de confiança da igreja, me informou Dona Malafaia, membra do Grupo de Mulheres “As Centenárias”, na altura dos seus 104 anos:

Elas começavam a peregrinação delas lá no Bujaru e vinham chegar pra cá [...] a minha mãe me contava que ela tinha uma tia lá no Bujaru e que essa tia disse pra minha avó, irmã dela no caso, cuidar da imagem de Santana, e essa imagem sumiu, daí que essa imagem foi ser encontrada aqui, como encontraram ela aqui, aqui ela ficou e não saiu mais, foi

que formou essa comunidade daqui da N. S. de Santana. Depois já se sumiram duas imagens mais, a da N.S das Graças, que formou a comunidade das Graças e depois já apareceu lá no São Manuel, a imagem do São Manuel e daí que as comadres que vinham pra cá, acabaram por ficar aqui, quer dizer algumas porque as outras voltaram. (Dona Raimunda Malafaia, maio de 2017)

Dona Raimunda Malafaia dá evidências de que na formação das três primeiras comunidades, N. S. de Santana, N. S. das Graças e São Manuel, localizadas no alto Rio Jambuaçu, as mulheres negras se articulavam e protagonizavam por dentro do sistema que as considerava “[...] um tipo acomodado que passivamente aceitou a escravidão e a ela correspondeu de maneira mais cristã, oferecendo a face ao inimigo” (BARRETO *apud* GONZALEZ, 1984, p. 114). Felizmente Dona Raimunda Malafaia está a nos contar que as Comadres não deram a face para o inimigo bater, pelo contrário, a ação dessas mulheres dá conta de que mesmo com a tentativa de invisibilização, estas se fizeram presentes, vivas e ativas, dentro da conjuntura desumana do regime escravista.

Em que pese toda tentativa de visibilização das mulheres negras, elas r-existem, inclusive suas resistências dão sustentação à construção de um novo conceito de Mulher e de Mulher Negra, posto que, se para no pensamento ocidental o conceito de mulher está atrelado a uma determinação biológica subalterna em relação ao também biológico homem superior, para as mulheres da diáspora africana o conceito de Mulher rompe as barreiras das subalternizações recuperando a concepção africana do ser e do poder acionando, por exemplo, o elemento da antiguidade, donde, nas sociedades yorubanas pré-coloniais, “[...] a organização era (e ainda é) determinada em grande parte por meio da antiguidade. A antiguidade como fundamento das relações sociais yorubanas é relacional e dinâmica, ao contrário do gênero, que não está centrado no corpo” (OYĒWÙMÍ, 1997, p. 14).



Este trato africano dá contorno ao que considero uma peculiaridade da mulher negra na diáspora, a figura da mulher mais velha – “as antigas” – como detentoras do saber e do poder nos mais variados territórios de resistência às opressões impostas aos quilombos/mocambos. Nesses territórios, a mais velha é determinante para afirmar uma outra lógica humana por dentro do sistema que a subjugou e vai se ramificar e dar concretude a outra maneira de pensar o conceito de mãe, por exemplo, a mulher-mãe deslocada do determinismo ocidental subverte a ordem hegemônica e como uma “mais velha” – daí o significado da antiguidade, é uma dentre variadas estratégias de superação de tais determinismos.

Contrariando a lógica do aparelho ideológico ocidental que a reduziu as mulheres negras à situação de cuidadoras, reprodutoras, e trabalhadoras braçais por meio de um status fraudulento de “mãe”, de “mãe-preta”, quando por detrás desse lugar estavam corpos violados, essa mulher negra de Moju que atuavam também em Jambuaçu – as Comadres – romperam com tal estrutura e se colocaram como sujeita da própria história por meio de suas resistências cotidianas, que são maneiras, formas disfarçadas de burlar as regras, resistindo aos dispositivos de controle das agências opressoras. Elas não publicizavam suas ações, mas agiram de maneira tal que o seu opositor não percebia que estava sendo lesado, a ideia, podemos assim dizer, não era criar um confronto direto, e sim estabelecer estratégias de resistência usando uma ação e um discurso “oculto” que orientavam as interações cotidianas de enfrentamento aos dominantes pelos dominados.

Por isso mesmo a história das Comadres revela que, contrariando a lógica hegemônica que destituiu mulheres negras e mulheres negras quilombolas do protagonismo da luta contra-hegemônica, essa organização nos põe diante de uma associação de mulheres autônomas, constituída formalmente e que fez frente à pressão

do sistema escravista integrando o processo de aquilombamento de diferentes maneiras indo da estratégia de guarda e camuflagem das comunidades quilombolas à assistência material e física.

Além disso, para as quilombolas de Jambuaçu que afirmam seguir os passos das “Comadres”, essas mulheres assumem o papel de ancestrais das mobilizações associativas das mulheres negras quilombolas no presente. À vista disso, dão substância à ancestralidade que é um princípio ético afrocentrado² comum nos quilombos. A respeito desse princípio, Eduardo Oliveira (2012, p. 43) diz se tratar de “uma atitude que faz sentido se confrontada com o legado dos antepassados”. A ancestralidade implica, assim, na continuidade ética entre um passado e um presente que se relacionam de maneira circular, de tal sorte que os antepassados integram a comunidade hoje no papel de referência e coparticipantes não-físicos, este é o motivo pelo qual as associações de mulheres do presente fazem alusão às Comadres, estas são referência e coparticipantes não-físicas das associações das mulheres negras quilombolas de Jambuaçu.

Tucandeiras

De acordo com o relato das participantes da pesquisa, as mulheres dos territórios quilombolas de Jambuaçu sempre tiveram a tradição de se associar segundo características comuns, tais como profissão, religião, lazer e cultura. Exatamente por isso existe, por exemplo, o Grupo das Apanhadoras de Açaí de Santo Cristo; As Paneleiras; as Centenárias Malafaias de N.S. das Graças; o Grupo das Bordadeiras de Santana do baixo; e as Charcudas da Comunidade do 40. Na região do Jambuaçu, todas as 12 primeiras comunidades do território tinham um Clube de Mães que

2. “A afrocentricidade é um tipo de pensamento, prática e perspectiva que percebe os africanos [e eu diria que os afrodescendentes também] como sujeitos e agentes de fenômenos atuando sobre sua própria imagem cultural de acordo com seus próprios interesses humanos” (ASANTE, 2009, p. 39).



além do lazer servia de arena política feminina, pois juntava mulheres de diferentes nichos (religiosas, artesãs, extrativistas, etc.) ligadas pela maternidade.

Esses clubes, contudo, foram desaparecendo no processo de formação das Associações Quilombolas para reconhecimento e titulação dos territórios. Para o estabelecido do direito constitucional de demarcação e titulação, as comunidades tiveram que criar as associações quilombolas (ou “de remanescentes de quilombos”, usando a terminação jurídica), instituições que passaram a representar formalmente todos os moradores e moradoras culminando na supressão do papel de arena política comum para mulheres até então concentrado nos Clubes de Mães.

No clube de mães a gente resolvia tudo e fazia tudo lá. Quando não tinha igreja lá se rezava a missa, batizado, casamento. Quando chegava alguém de fora a gente abrigava lá. No clube não tinha um que mandava, eram nós as mulheres que decidia tudo. Só nós. Porque a gente tava por ali olhando tudo. Quando começaram com esse negócio de quilombola é que acabou com o clube porque nós tivemos todos que nos associar pra poder ser quilombola. (D. Raimunda Malafaia, junho de 2017)

Não obstante, conforme os anos se passaram, as demandas específicas das mulheres trouxeram a necessidade da criação de uma organização que as congregasse e permitisse a reflexão e luta em prol do bem viver a partir dos corpos das mulheres negras quilombolas e não somente da identidade étnica quilombola. Semelhante ao que aconteceu em Moçambique e que foi discutido meticulosamente por Isabel Casimiro (2014) no livro “Paz na terra, guerra em casa”, a conquista de direitos políticos pela população quilombola em geral, cujo principal símbolo institucional de luta política foram as associações quilombolas, não resultou em mudanças significativas na situação das mulheres. Enquanto a “paz” se estabeleceu nos territórios via demarcação, reconhecimento e titulação, em casa, as mulheres sofriam

com a violência histórica do sexismo-machismo racista que a colonialidade conseguiu incutir nos quilombos.

Conforme os termos utilizados pelas próprias sujeitas da pesquisa, “uma série de rebuliço” colocava as mulheres dos diferentes nichos quilombola em diálogo, e o estopim da organização associativa de todas no território foi um episódio de luta contra a violência doméstica:

Quando nós conseguimos a Casa Familiar Rural (CFR), os maridos não queriam deixar as mulheres estudar lá, depois eles já não queriam mais nem deixar as filhas irem estudar. Aí teve o Saberes da Terra e uma senhorinha foi estudar escondida do marido. O povo, que não presta, foi dizer pro camarada que ela tava estudando lá. Pois ele esperou ela chegar em casa e estragou com ela [espancou-a brutalmente] (pausa/voz embaçada de choro). Eu era coordenadora pedagógica da CFR e vi que ela não tinha mais aparecido na escola e aí eu fui lá saber por que se ela já tinha desistido. Foi que eu vi a situação e aí o estrago quem fez fomos nós [as mulheres quilombolas]. Fomos pela delegacia, mas o desgraçado fugiu. Foi a partir daí que nós resolvemos nos juntar e formar a associação só de mulheres. (Waldirene Castro, maio de 2018)

Nasceu, então, a Associação de Mulheres Quilombolas “Tucandeiras” em referência à formiga cuja ferroadada “faz o caba desmaiar de dor” e no simbolismo que carregam em torno da formiga (comunitarismos, cooperativismo, energia vital).

[Escolhemos o nome] tucandeiras porque [essas formigas] são trabalhadeiras e brabas e nunca ficam num único lugar, elas se espalham. A senhora já pegou uma ferroadada de tucandeira? Hum, não né? Pois é. E tem mais, elas só andam em grupo quando uma é tirada do rumo, hum! Te prepara que a ferroadada vem mais forte. Por isso somos Tucandeiras, nós nos unimos, cada uma ajuda com o que sabe fazer e juntas nós vamos se defendendo, se ajudando, se gostando e se espertando, que o negócio não é assim não como o povo quer pensar que é. (Waldirene, maio de 2017)

Tomando como símbolo as formiga tucandeiras, as mulheres negras quilombolas do Jambuaçu têm movimentado o



cenário da luta contra a opressão sobre seus corpos e modos de vida. Esta associação é uma espécie de guarda-chuva que abriga e articula todos os diferentes grupos, associações e coletivos de mulheres existentes nas comunidades.

Além de irem ao enfrentamento contra o grande capital e o genocídio antinegro empreendido pela sociedade brasileira, essas mulheres enfrentam o sexismo-machismo dentro da comunidade, inclusive no contexto das associações quilombolas, onde parte considerável dos presidentes dessas associações enxergam a luta e mobilização dessas mulheres enquanto ameaça aos papéis forjados segundo o imaginário sexista-machista, a saber: o de provedor, cuidador, defensor e senhor do lar. Ao se sentirem atacados nos seus direitos, não é raro que esses homens se tornem alvo preferencial do capital que intenta sobre o território, pois passam a usar as estruturas de poder que ocupam, pela via da presidência das associações, para dizer que “não é bem assim”, as comunidades podem viver facilmente com empreendimentos do capital econômico, a exemplo da ferrovia que o setor de mineração tenta passar pelos territórios.

Tucandeiras em luta

Há mais de uma década as implicações com a extração de minério têm se intensificado na região do Território Quilombola do Rio Jambuaçu, primeiro pela instalação de um mineroduto para o transporte de bauxita e de uma linha de transmissão instalada pela Companhia Vale do Rio Doce, depois vendida para a empresa Hydro, que impactou de forma severa as terras dos quilombolas provocando a destruição de uma floresta inteira de castanheiras, roçados e o assoreamento de rios e igarapés; segundo pela ameaça de construção de uma ferrovia para transporte de minério, a Ferrovia Pará, vindo do Maranhão passando pela extensão na Alça Viária/Perna Sul, rasgando dois territórios quilombolas localizados no Município de Moju: África-Laranjituba, abaixo do

Rio Moju, e o do Rio Jambuaçu, no alto do Rio Moju, para poder chegar a Serra dos Carajás.

Essa nova/velha ameaça fez com que os quilombolas do Jambuaçu realinhassem sua luta, isto porque o capital instalado no Território passou a fragilizar as relações entre os comunitários, especialmente em favor da exclusão das mulheres das tomadas de decisão, uma situação contra a qual na mobilização e organização das Mulheres dentro do território reagiu agueridamente, remontando a luta ancestral das bisas, das avós, mães, tias, das “velhas mulheres”, no enfrentamento ao capital agromineral e aos conflitos internos:

O que eu acho engraçado nesses homens daqui é que pra nós ir pra roça, pra fazer farinha, nós tem que tá do lado deles, agora quando é pra nós decidir as coisas, sair pra um evento assim, pra uma viagem... é uma coisa! Mas tá bom que eu vou deixar de ir pras minhas reuniões, pras nossas rodas por causa de macho. (Conceição Silva, maio de 2017)

Conceição Silva, mulher negra quilombola, moradora da Comunidade N. S. das Graças, é uma das mais importantes lideranças dentro do Território Quilombola do Rio Jambuaçu, é filha do Sr. Narcizo, um dos líderes da luta no processo de instalação do mineroduto, falecido em 2010. Conceição era a filha que acompanhava o velho Narcizo – “papai teve 7 filhos homens e só eu de mulher, mas nenhum dos filhos homi [sic.] acompanhava o papai, era só eu” (Conceição Silva, maio de 2017). Conceição é uma mulher que tem a luta cravada na sua constituição, é uma mulher de muita coragem e força, de uma agilidade em pensar e entender “de longe” as estratégias que o capital utiliza para desmobilizar a luta no território.

Herdeira da luta pela manutenção da vida, Conceição tem protagonizado junto com Waldirene Castro profundas mudanças no modo de pensar e de agir das mulheres quilombolas do Jambuaçu:

Essa minha Juliana aqui tava com 5 pra 6 anos e o território estava pegando fogo com a história do mineroduto da Vale,



hoje da Hydro, quando nós tínhamos que decidir o que fazer com essa empresa não tinha noite nem dia, era a hora que desse nós tínhamos que está lá, firmes. Nenhum desses meus filhos, nem marido me impediu de ou me impedem, até hoje, de lutar. (Waldirene Castro, maio de 2017)

Conceição e Waldirene moram em lados extremos do Território, “mas não tem distância certa” que as deixem desconectadas. Nessa ligação e disposição à luta, arremeteram Guiomar Santos da Comunidade do 40 (referente ao KM 40 da Rodovia Perna Sul), que em seu depoimento deixa a nu, a opressão masculina na comunidade em que vive. Ela me contou o episódio que dá origem ao Grupo das “Charcudas”, um dos grupos que integram a Associação de Mulheres Quilombolas Tucandeiras. Disse:

Olhe, aqui a gente gosta de jogar uma bolinha de tarde, depois do trabalho vai todo mundo pra beira do campo bater uma bola. Acontece que os homens daqui, sabe como é, nos deixavam por último pra jogar, aí tinha umas mulheres que tinham que ir pra aula, outras tinham que colocar janta e aí já tava ficando difícil jogar só nós, mulheres. Aí nos falamos pra jogar com os homens, hum! Mas credo, foi horrível por eles bateram nós todinha. Aí nós resolvemos tirar um campo pra nós. Mas pensa numa mulherada que trabalhou, fizemos farinha, bingo, todas essas coisas e aprontemo o campo. Pois no dia da inauguração que nós convidamos toda a mulherada das comunidades todas desse Jumbuaçu. Eles se puseram na beira do campo pra não deixar nós jogar. Até esse pastorzinho tava lá pra dizer pra nós não jogar. Mas professora, deixe que nós tá lá discutindo e um molequinho, desses moleques abusado me falou assim: “minha pica que vocês vão jogar”. E os outros machos grandes começaram a rir, foi que me subiu uma raiva que eu peguei a bola e disse mesmo: “se tu tem pica eu tenho charque” e me deu a maluca que eu juntei as mulheres todas e nós expulsemos os safados e até o pastor. Nós pegamos mesmo pau, pedra e fomos tirando eles de lá. Era bem uns 20 homens. Mas nós era mais. (Guiomar Silva, maio de 2017)

Guiomar é a mais nova delas e, por incrível que pareça, a mais calma. É ex-

tremamente observadora e nas reuniões é sempre a última a falar porque com maestria faz um apanhado de toda a reunião e dá as providências, é também a única dentre as duas que está presidenta da associação da comunidade. As narrativas das mulheres negras quilombolas acima demonstram que tais mulheres fogem ao imaginário social de que o lugar da mulher é no espaço privado da casa, pelo contrário, as mulheres que fazem parte desta pesquisa transitam em outros espaços, ditos públicos, no contexto da comunidade quilombola, a roça, o campo de futebol, pois todos são fronte da luta.

Essas mulheres lideradas por Guiomar Silva ficaram conhecidas como Grupo das Charcudas que se formou a partir do episódio ocorrido no campo de futebol, haja vista que quando homens se interpõem e tentam exercer uma pretensa autoridade sobre as mulheres, acionando do símbolo inscrito na hegemonia como símbolo de poder/dominação masculina, o falo, as mulheres, sob orientação de Guiomar, dizem não e reposicionam o corpo/poder feminino, outrora, subalternizado, e ostentam como símbolo de poder contra-hegemônico o “charque” (vagina). Desde então, dentro do Território Quilombola do Rio Jumbuaçu, “charque” virou símbolo de PODER FEMININO.

Outro episódio que demonstra o poder das Charcudas é uma festa que acontece todos os anos, no mês de agosto, em que só participam mulheres. Tudo começou em um imbróglio durante uma festa realizada por um time de futebol masculino da comunidade:

Bem, eles contrataram o DJ, mas nós pagamos o ingresso. Quando nós pedia as músicas que nós queríamos dançar eles faziam o sinal, assim (sinal negativo) pro DJ lá não tocar. O fato foi que nós saímos com a cara no chão. Mas como nós tem o nosso campo também, nós chamamos todas as mulheres do território e fizemos um campeonato que durou um fim de semana todo [risos] e quem fazia farinha fazia, quem tinha criação vendeu, quem tinha açai vendeu, o que a gente tinha, a



gente, a gente foi vendendo e foi fazendo dinheiro. Quando nos já tinha o dinheiro, nós mandamos fazer faixa, contratamos o mesmo DJ e fechamos a sede e só entrava mulher e de graça. E pense! Nós dançamos e gritava lá de dentro: aqui só tem charcuuuuda! (Guiomar Santos, maio, 2017)

A partir de então, as festas são realizadas anualmente, nelas entram apenas mulheres, e atualmente se formaram também duas DJs que tocam na festa e todos os instrumentos do carimbó foram construídos também pelas próprias mulheres que também constroem tambores, pandeiros, agogôs e fornecem às outras comunidades: “a gente já entrega até afinado, que tem a tTa Dalgiza que é uma coisa pra afinar tambor. Agora é só no mato, não me pergunte como ela faz que eu não sei e nem quero saber [risos] (Guiomar Silva, maio de 2017).

Entendendo que o Território vai se perder com a ferrovia das grandes mineradoras, essas mulheres que lutam para impedir a construção da ferrovia logo começam também a sofrer penalidades. Um dos exemplos a mim apresentados foi o da professora Waldirene Castro que foi retirada, sem nenhuma explicação, da coordenação pedagógica da CFR Pe. Sergio Tonetto e só tomou conhecimento quando recebeu o contracheque zerado e a carga horária diminuída, ao que ela reagiu com bravura e tenacidade: “mas se eles pensaram que eu ia passar fome, eles se enganaram, eu tenho roça, criação e as minhas panelas de barro (Waldirene Castro, maio de 2018). Em seguida, D. Maria Trindade (67) foi brutalmente assassinada pelo filho do vigia da empresa MARBORGES Agroindústria³, e seu óbito entrou para o rol de lideranças que foram assassinadas por “motivações passionais”, escamoteando os reais sentidos de tais mortes, a saber: os conflitos agrários entre quilombolas e empreendimentos instalados no Território Quilombola do Rio Jambuaçu.

3. Agroindústria com foco na extração do óleo vegetal (coco e dendê), instalada na região desde 1970.

Este fato abalou sobremaneira as mulheres quilombolas do Jambuaçu, porém não as intimidou. Viveram o luto, choraram, protestaram e como bem colocam em seus próprios termos, “tomaram Maria Trindade, mal sabiam que ela era semente”. Então, estas mulheres passaram a promover várias reuniões no âmbito do território, mobilizando os comunitários, por meio das associações, assim como uma nova categoria de luta que vem se constituindo no território, o “grupo dos jovens” e várias instâncias de proteção do Estado, como Defensoria Pública e Ministério Público, além de parceiros institucionais por meio de grupos de pesquisas que atuam no território, tais como o Grupo de Pesquisa em Educação do Campo do Campo na Amazônia-GEPERUAZ-UFGA, a Universidade no Quilombo (UFGA/Campus Castanhal), o Grupo de Pesquisa em Educação Quilombola-EduQ/UEPA, o Grupo de Estudos Afro-Amazônico-GEAAM/UFGA), o Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará-CEDENPA e a REDE FULANAS pelo Movimento Negro, deixando evidente que tais agressões não as intimidariam:

Se as empresas estão pensando que com o assassinato da Trindade as empresas vão nos calar, tão pensando errado. É por Trindade que agora nós nos levantamos também. Tomaram a Maria Trindade, mal sabiam que ela era semente. [...] Então nós temos que junto com esses parceiros encontrar uma forma de construir defesas pra sobrevivência do nosso território, que é a nosso própria sobrevivência. (Waldirene Castro, maio de 2018)

É nesse contexto que as Tucandeiras promoveram uma primeira reunião para tratar do Protocolo de Consulta Prévia, livre e informada, previsto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), promulgada no direito brasileiro através do Decreto nº 5051/2004.

Os conflitos de terra no Território do Jambuaçu têm como uma de suas portas de entrada a instalação do capital pela via da compra de terras. Antes dessas terras do atual território quilombola serem reconhecidas pelo Estado Brasileiro como área



de uma comunidade tradicional e, por isso, legalmente resguardada, o capital avançava na grilagem e na pressão econômica para fins de compra de lotes, gerando graves conflitos.

Não é de hoje que nosso território é atacado por essas empresas, a MARBORGES mesmo está aqui há muito tempo que foi se chegando, se chegando, comprando um pedaço de um, de outro, aí se era esse pedaço aqui ela já dizia que era mais e os besta se calavam e taí isso daí. E a Trindade era uma que não vendia, não dava um pedaço de terra dela pra empresa, as terras dela ficavam bem no meio do montão de terra que a MARBORGES disque comprou. Aí né, deu no que deu. (Conceição Silva, maio, 2017)

Com o reconhecimento das terras de quilombo pela Constituição Nacional, os conflitos passam a se dar no campo das leis de concessão e licenciamento para exploração de minério, possíveis porque os recursos minerais no subsolo são bens da União e ela estabelece formas de concessão. No caso do Jambuaçu, a União concedeu o subsolo das terras quilombolas para a instalação do mineroduto da Hydro.

Ademais, com a previsão de instalação da Ferrovia Paraense que vai ligar o Porto de Vila do Conde em Barcarena, Pará, à Açailândia, Maranhão, o clima de tensão se acirra dentro do território. Tal ferrovia vai impactar inúmeros territórios tradicionais, agroextrativistas e quilombolas, ao ponto de comunidades inteiras desaparecerem para dar caminho à ferrovia, como é o caso da Comunidade Quilombola do Puacê que tem como projeto de compensação ser totalmente remanejada para outro espaço dentro do território:

O Estado tá dizendo mesmo assim pra nós: “olha vocês estão me atrapalhando, então, pra não fazer igual como eu fiz com os pais e mães de vocês, lá na África, que eu cheguei metendo o pé na porta, saqueei tudo por lá, coloquei no navio e trouxe pra cá pra ser meus escravos, vocês que são filhos desse pessoal aí, e como eu tô melhor, eu vou tirar vocês daqui dessa terra e colocar pra outro local”, assim, simples assim. Mas a gente responde é a assim: “vocês não vão fazer

com a gente o que fizeram com os nossos pais, mães e avós, nós não vamos deixar vocês nos arrancarem daqui deste chão, como se estivessem arrancando do chão uma árvore. Aqui está plantada a nossa vida, nossos pés são raízes profundas deste chão e em honra aos nossos antepassados vocês não vão nos arrancar daqui” [...] o Estado pensa que a gente não sabe que isso é racismo, que eles querem passar essa ferrovia deles aqui nas nossas terras, porque o Estado continua sendo racista! (Waldirene Castro, maio de 2017)

Tomando como lema “pelos braços da mulher, a força dos quilombos”, a Associação de Grupos de Mulheres Quilombolas Tucandeiras tomou as rédeas da mobilização do território no tocante ao processo de instalação da ferrovia no território, tendo clareza de que a luta se dará em termos desiguais,

Nós sabemos com quem estamos lidando, estamos lidando com o grande capital, porém nós vamos nos valer da lei que nos favorece, enquanto há [risos]. A ferrovia vai sair sim, eu tenho clareza disso, mas a minha luta neste momento é dizer sob que condições ela sairá, nós é que vamos dizer como ela vai passar. (Guimar Silva, maio de 2017)

Assim, nos dias 13 e 14 de outubro de 2017, na Casa Familiar Rural Padre Sérgio Tonetto (CFR), na Comunidade Quilombola N.S. das Graças, os movimentos e organizações quilombolas se reuniram em caráter de assembleia geral, para construir e aprovar o Protocolo de Consulta Prévia Livre e Informada (CPLI) e Consentimento do Território Quilombola de Jambuaçu. Também criaram a Autoridade Coletiva Quilombola de Jambuaçu, formada por uma rede de autoridades (responsáveis) das comunidades.

Nós nos autoafirmamos, historicamente, de forma coletiva, ou seja, como quilombolas que se territorializam, social e politicamente, através da interculturalidade, resultante da articulação de nossos atributos identitários, tais como as nossas formas de “ser” “homem-mulher” contemporâneos e nos diferenciamos (físicos e simbolicamente) por meio de grupos geracionais (crianças/jovens/adultos/idosos), também por nossos pró-



prios “trabalhos” tradicionais, nos realizarmos como agricultoras(es) familiares, extrativistas, servidoras(es) públicas(os), pequenas(os) empreendedoras(es) e estudantes; seguimos, internamente, distintas orientações religiosas: protestantes, católicas(os), afroreligiosas(os), assim como benzedeiros(as), curandeiras(os) e parteiras (os); e finalmente, nós nos autoretificamos, politicamente, em diferentes formas de organizações sociais e territoriais (urbano-rural). Assim, portanto, formamos uma só “identidade quilombola plural”, conjugando o passado com o presente. (PROTOCOLO- CPLI, 2018, p. 01)

O Protocolo CPLI do Território Quilombola do Rio Jambuaçu é um documento que determina as bases da negociação com os empreendimentos, cuja condição *sine qua non* é ninguém negociar sozinho, “estamos juntos e misturados”, pois em experiências anteriores, o capital mineral tem atuado na divisão do território, imprimindo uma prática de negociar com as famílias “diretamente” atingidas pelo empreendimento, ou seja, as casas e sítios mais próximas ao mineroduto e ao linhão de transmissão são as que são beneficiadas com medidas de compensação, entretanto, os vários igarapés, assoreados pelo empreendimento, deixaram de servir a todos dentro do território, as florestas derrubadas de igual maneira prejudicaram a vida em todo o território.

Não queremos que a nossa história seja esquecida e muito menos violentada. “Os empreendimentos aceleraram o processo de extermínio do nosso povo desde a década de 70 com a entrada da REASA, MARBORGES, VALE, IMERYYS, HYDRO, entre outros” que violentaram nosso modo de vida. Porque esses “empreendimentos que passaram por aqui nos enganaram covardemente”. Não queremos que a “Exploração e violação de direitos se repitam nunca mais”. Pois sabemos que “Eles querem concluir o Etnocídio, mas não vamos deixar eles concluir o extermínio da nossa gente, da nossa terra”. (PROTOCOLO CPLI, 2018, p. 04)

Os povos originários, povos tradicionais e, mais especificamente, as comunidades quilombolas, são entendidos enquanto grupos que culturalmente se dis-

tinguem do projeto dominante, ou predominante de nação, possuindo formas próprias de organização social, se reconhecendo como tais, utilizando seus territórios e os recursos naturais, como uma condição de sua reprodução e perpetuação cultural, social, econômica, religiosa e ancestral, onde seus conhecimentos e práticas são transmitidos e gerados de geração em geração, através da tradição (MOREIRA e MIRANDA, 2017, p. 728). Desta forma, a utilização do protocolo e a realização da consulta prévia pode garantir o direito da comunidade à identidade e à autodeterminação, o que dificulta a ação dos empreendimentos durante os processos de consulta prévia e de consentimento na formulação e execução de empreendimentos que estejam em fase de licenciamento ou de planejamento que afetem diretamente o Território do Rio Jambuaçu e fortalece a luta pela sua manutenção.

O governo passado deu uma parada e resolveu jogar a pomba para o atual governo, que já começou a minar as relações junto com os empreendimentos aqui no território. Mas aí todo mundo tem um livrinho do protocolo e aia gente ouve, ouve, ouve o pessoal falar e quando eles pensam que nos convenceram, aí nós diz: “mas olha, não é isso que tá aqui no nosso protocolo!” [risos] (Conceição Silva, março de 2019)

As mulheres do Território Quilombola do Rio Jambuaçu rejeitam determinações de subalternizações sobre elas e passam a acionar mecanismos de superação desses lugares, por meio de subjetivações inscritas na própria estrutura constitutiva de uma descendente de africano/a, o restabelecimento da força ancestral, assim, restituem o ser/mulher apartado do determinismo ocidental que objetifica corpos femininos e afirmam o ser/mulher que opera sob uma outra lógica, a lógica de estar em movimento, e portanto, sem lugares pré-determinados a ocupar, logo, atentas, libertas e extremamente perspicazes.

Esses tempos de vivência com as Mulheres Quilombolas do Jambuaçu aprendi que uma Mulher Quilombola é dotada do



poder da Mulher Africana, transterritorizada na diáspora, assim, quando repelidas por forças hegemônicas estabelecidas pela colonialidade, essas mulheres resistem e não aceitam determinações sobre seu movimento/corpo/vida e passa então a afirmar outras identidades. A resistência às imposições de lugares faz com que as Mulheres do Território Quilombola do Rio Jambuaçu R-EXISTAM como mulheres pela via das suas ancestralidades, pelos fios da memória que as colocam em sintonia com as suas mais velhas, com suas ancestrais e como “as antigas faziam”, elas animam as lutas em defesa de seus territórios, assim como reafirmam o lugar do poder feminino que é dialógico, estratégico e emancipador.

Considerações finais

Tal como as organizações do feminismo negro brasileiro em geral (WERNECK, 2010), as associações de mulheres negras quilombolas do Jambuaçu, seguem “passos que vêm de longe”, isto é, calcam as suas ações de organização e de luta na *ancestralidade*. Tomando o exemplo das suas “mais velhas”, as Comadres, e se organizam e resistem às várias investidas de exploração do capital e do Estado, elas lutam contra o sexismo-machismo e protagonizam uma organização que agrega todos os coletivos e associações de mulheres negras do território quilombola, as Tucandeiras.

Nos anos de pesquisa e de militância junto às mulheres quilombolas do Jambuaçu não registrei qualquer parecer ou conclusão de deliberações em que não se buscasse fundamentar as ações do presente com as imagens da ancestrais guardadas na memória. Era comum que os discursos começassem por “no tempo das antigas” ou “eu aprendi com a minha mais velha”. Nesse arquétipo ancestral de mulheres aguerridas e resistentes do passado as mulheres negras quilombolas consolidam identidades positivas de mulher negra quilombola.

Encerro esse texto indicando a contribuição que o movimento de mulheres quilombolas estudado oferece aos movimentos de mulheres negras em geral. No mesmo espírito de Ailton Krenak (2020), dessas mulheres emergem ideias que contribuem com o adiamento do fim do mundo por meio do protagonismo negro e feminino, qual seja, a luta feminista assentada na ancestralidade e o princípio da cooperação por meio de uma identidade comum que não anula as diferenças, mas as juntas em um único “formigueiro” de Tucandeiras que se espalha por um grande território e que se defende e “ferroa” opressores.

Referências

ALVES-MELO, Patrícia (Org.). **O fim do silêncio**: a presença negra na Amazônia. 2. ed. rev. e ampli. Curitiba: CRV, 2021.

ASANTE, Molefi Kete. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. In: NASCIMENTO, Elisa L. (org.). **Afrocentricidade**: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009.

CASIMIRO, Isabel. **Paz na terra, guerra em casa**: Feminismo e organização de mulheres em Moçambique. Recife: Editora UFPE, 2014.

Contexto, 2001.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de; SAGES, Maria de Nazaré; BARROS, Daniel Souza (Orgs.). **Águas negras**: estudos afro-lusozamozônicos no oitocentos. Belém: Ed. UFPA, 2021.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje** (ANPOCS), São Paulo, p. 223-244, 1984.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MOREIRA, Eliane; MIRANDA, João Paulo Rocha de. O direito à participação de grupos vulneráveis: povos indígenas e comunidades tradicionais. In: DINNEBIER, Flávia França; MORATO, José Rubens (Org.). **Estado de Direito Ecológico**: conceito,



conteúdo e novas dimensões para a proteção da natureza. São Paulo: Inst. O direito por um Planeta Verde, 2017.

OLIVEIRA, Eduardo David de. Filosofia da ancestralidade como filosofia africana: educação e cultura afro-brasileira. **Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação**, Brasília, n. 18, p. 28-47, mai./out. 2012.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **Conceptualizing Gender: the Eurocentric foundations of feminist concepts and the challenge of African epistemologies**. African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms. CODESRIA Gender Series. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p. 1-8. (Tradução livre em português de Juliana Araújo Lopes para uso didático). Disponível em: <https://ayalaboratorio.files.wordpress.com/2019/06/conceito-genero.pdf>. Acesso em: jan. 2019.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2021.

PROTOCOLO de Consulta Prévia, Livre e Informada dos Quilombolas do Jambuaçu-Moju/PA, 2018. Acessado em 19 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://www2.mppa.mp.br>.

SALLES, Vicente. **O negro na formação da sociedade paraense**. 2. ed. Belém: Paka-Tatu, 2015.

SALLES, Vicente. **O negro no Pará sob o regime da escravidão**. 3. ed. Belém: Instituto de Artes do Pará, 2005.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da ABPN**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 08-17, mar./jun. 2010.

-----//-----

Abstract: The paper presents part of the results of the doctoral research carried out by the author with the quilombola communities of the Jambuaçu River, in the municipality of Moju, Pará, Brazil. The objective is to weave a brief overview of the associative organizations of black quilombola women in the places where the research was carried out. The methods used were bibliographic research – which

allowed the historical contextualization of the narratives of quilombola women – combined with the realization of semi-structured interviews in order to gather memories about the political mobilization of the protagonists in the past and present. The data allow us to conclude that the mobilization of black quilombola women from Jambuaçu is based on ancestry, a civilizing principle that unites them and underlies their struggles for reexistence against racism.
Keywords: Black women; Quilombos; Associations; Ancestry; Paraense Amazon.

Recebido em: 10 de abril de 2022.

Aceito em: 29 de abril de 2022.